ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/2023 DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 13 (treze) dias do mês de abril do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 09h, de forma virtual – Plataforma Team. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplente: Roxane Alencar Coutinho e Lúcia de Fátima Chibantes Fortes (SES), Vanessa Lopes Munhoz (CVS), Raul Machado Tilstscher (DENARC), Cap. William Thomaz (PROERD), Fernanda Jobe Mostarda (FUSSP), Rogério Augusto da Silva e Valéria Martinez da Gama (PGE), Marcos Paulo de Oliveira Alves (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Jaelson Nunes Magalhães e Luiz Carlos Ribeiro Mendes (SE), Eliana Borges G.R. da Silva e Paulo Henrique Bonfim Xavier (SEDS), Alessandra Santos Conversani (SAP), Layla Sueiro Lopes da Silva (SDE), Ticiane Costa D'Aloia e Claudia Prieto Contento (SDUH), Vera Lúcia S'antanna Martins (IMESC), Edison de Almeida (FDE), Solange Aparecida Nappo e Joselaine Ida da Cruz (CEBRID), Sumaia Inaty Smaira (UNESP), Rodolfo Marinho e Fabio Carezzato (GREA), Sebastiana da Silva Fontes(ABRAMD), Debora Gomes de Melo dos Santos e Ed Carlos Correa de Faria (LEIPSI), Ana Cecília Petta Roselli Marques (ABEAD), Thiago Marques Fidalgo e Filipe Aburaya Yamaki (PROAD),Guilherme Peres Messa (S.CASA), Thalita Ferreira Dias (ACT), Maiquel Gorin (IPH), Ronaldo Luiz Rissetto (FEAE), Lucas Roncati Guirado (FEBRACT), Jorge Artur C.Floriani e Sabrina Mertens de Carvalho (REDUC), Renata de Barros B. Naccache (FPA), Marta Elena de Souza Reis e Luiz Antonio da Silva (CEFATEF), Andreza do Nascimento Almeida e Renato Filev (PBPD), Solange Aparecida Mendes da Silva (PS), Cecília Galício Brandão (ACUCA), Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC), Vitor Ortiz Amando de Barros (DPESP), Ana Lúcia Menezes Vieira (MPESP), Silvia de Oliveira Santos Cazenave (CRF), Kalil Bueno Abadalla (CREMESP), Laura Sahm Shdaior e Maria Angélica de Castro Comis(CRP), Regiane Cristina Ferreira (CRESS) e Gabriella Arima de Carvalho (OAB).

Justificaram: Sara Gonçalves Orsi e Sandra Montagna Barelli (CRS), Yara Nobrega Toscano (SAP), Luciléa Correia Rocha e Rafael Bruno Lopes Salgado (SEE), Jurema Reis Corrêa Panza (FDE), Natache Khrystie Costa de Oliveira e Maria Angélica Alves da Silva (f.CASA), Daniel Cruz Cordeiro (ABEAD), João Clímaco Pena Trindade (S.CASA), Lisiane C.Braecher (MPF), Luiz Alberto Segalla Bevilacqua (MPESP),

Sem justificativa: Allyne Christina Oliveira da Silva e ISABELLA Campos Rotelli (SCEC), João Paulo Barbosa Lopes e Rodrigo Levin (DPF), André Libonati (MPF) e Elda de Oliveira e Maria Cristina Mazzaia (COREN).

Ouvintes: Bruno Logan, Rosana Frajzinger e Vera Lúcia Bagnolesi

CONVOCAÇÃO

São Paulo, 06 de abril de 2023

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos** os **Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **1ª Reunião Extraordinária** a realizar-se no **dia 13 de abril de 2023,** de forma virtual, via plataforma Teams (link será enviado por e-mail), no período das 09h às 12h.

Senhor Conselheiro, participando da reunião você está autorizando a gravação da reunião.

PAUTA

1. **Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas-CRATOD**

Marcos Paulo de Oliveira Alves
Secretário Executivo

Atenção: Conforme o Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19 e o Regimento Interno
Artigo 38 (RI) - O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que
justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.
§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.
§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias uteis após a reunião a que se referir.
§ 3º - O disposto no caput deste artigo não se aplica:
1. à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;
2. à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do Conselho.
§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

O **Secretário Executivo** abre a reunião comunicando a Presidente que já há quórum para iniciar os trabalhos. A **Presidente** cumprimenta a todos e pergunta se existe mais algum ponto que queiram colocar para esta reunião (a ser votado para ser inserido) ou podemos prosseguir com a pauta. **Gabriella** diz que gostaria de trazer o Plano Estadual de Política de Drogas que foi publicado. Diz que não leu por completo, mas a ela parece até um esvaziamento das funções do CONED. Acha importante que este assunto seja colocado em pauta. **Eliana** diz que o ponto colocado pela conselheira é que se acrescente a esta reunião o Decreto Estadual que regulamenta a política sobre Drogas. **Todos concordam** e o tema entra como segundo ponto a ser discutido. **Maria Angélica** pergunta como proceder para assinar o livro de posse. **Marcos** diz que irá verificar e logo após informará. **Eliana** passa a palavra para a Conselheira Marta pois ela foi quem solicitou a extraordinária com o tema CRATOD. **Marta** diz que quando colocou a pauta CRATOD, ainda não havia acontecido a mudança do serviço que foi lançado na data de ontem. Pergunta se algum conselheiro participou do lançamento. Pergunta em que se transformou o serviço e se teremos alguma voz. Fala que também gostaria de discutir o decreto. Pedi que tenhamos uma fala do Vice-Governador em nossa reunião para falar sobre o novo decreto e novo serviço. **Eliana** diz que esteve presente no lançamento e notou a presença do conselheiro Jorge Artur. Passa a palavra para o **Jorge** que disse que ficou meio atrapalhado com a pauta pois para falar do decreto precisamos conhecer. Diz que a solenidade em si foi chapa branca. Fala que o Sr. Vice-Governador passou o trimestre dizendo da falta de sintonia entre poder público estadual e municipal e na solenidade tapinhas nas costas . Também estiverem pessoas boas e bacanas da política estadual. E eu como antiproibicionista , redutor de danos sentiu ausência dos seus pares. Não tem a menor dúvida que a reforma do espaço ficou muito bonita . Quanto ao decreto necessitamos dos conselheiros da área jurídica para poder fazer uma análise. Cita a falta de serviços para crianças e adolescentes no decreto. **Eliana** diz que vai falar do ponto de vista dela que tem acompanhado as mudanças para que não houvesse um corte de serviços. Cita que não atua lá dentro do serviço (A COED e do Desenvolvimento Social). Diz que se a ideia é ser um HUB (conexão), quais serão os serviços, quais serão os gargalos e como podemos contribuir para que o serviço ... (não audível). Cita que o CAPS continua em funcionamento, com o mesmo público, da mesma forma, e as equipes serão reforçadas. A parte de observação que era feita na parte inferior, assim como a parte de isolamento , permanecem. Todos os serviços que eram executados, permanecem. A diferença é que existia uma ausência de profissionais para realizarem a abordagem. Diz que conversaram com o Governador no início do ano e citaram a falta de um olhar social para estas questões. O olhar está focado em questão clínica, médica, e muito pouco o social. Cita que ele pediu sugestões e algumas foram acatadas outras não. Diante disso foram autorizadas as contratações de profissionais de ensino superior para que possa fazer a vinculação das pessoas que estão em situação de rua. Fala que existe uma diferença bem grande entre fazer uma abordagem por um educador social . Ainda não terminaram de contratar os profissionais. Cita que solicitou fazer parte do processo de capacitação que vai começar na próxima semana, ou seja, dos profissionais que vão fazer o acolhimento e vinculação. Cita que no dia seguinte é a data que devem fechar a contratação

dos profissionais. Outro ponto é que estão se reunindo saúde, do estado e município, social do estado e município, a COED, e fechando alguns elos. Fala que se você for na Sé, na Luz as reclamações são sempre as mesmas. Os serviços não se conversam. Fala que na reunião estes pontos foram colocados e que existe resistências em serviços tanto do estado como do município. Diz que no dia seguinte haverá reunião com a equipe do social do município porque na ausência de vagas para pernoite eles estão indo dormir no HUB. Outro ponto é a garantia de saúde básica. A UBS do bom retiro tem tido resistência em atendê-los. Estamos em uma construção de união e metodologias para viabilizar o atendimento. **Jorge** diz que havia mais colegas na inauguração e é importante ouvi-los. **Ronaldo** diz que participou do evento e diz que há anos atras o NA, Amor-Exigente e outras organizações de apoio às famílias já atuavam no CRATOD. Sentiu que isto está sendo retomado e é muito importante os grupos de apoio pois não são só os atendidos, mas também a família. Fala para o Jorge que concorda que a redução de danos não estava presente. **Ana Cecilia** fala que o que a animou pela primeira vez é que ela viu alguém colocar a mão em uma ação que é a mais complexa de todas que é juntar intersetorialmente (saúde, social, estado e município) para atuarem. Temos que ajudar. O papel do conselho e esse fiscalizar as políticas e cobrar. **Eliana** diz que a fala dela toca muito como trabalhadora do SUAS e SUS. O principal é buscar recursos e a política de drogas é tudo. **Laura** diz que pela entidade É de Lei, participa de um fórum de trabalhadores e no encontro deste mês, foi falado a questão do CRATOD e alguns trabalhadores eram do CRATOD e estavam sentindo a mudança e não foi fácil. Todas as pessoas que eram concursadas tiveram que se realocar em outros equipamentos. Agora quem está lá é pela SPDM. Isto caminhou para um processo de privatização da saúde. Alguns funcionários tinham vínculos importantes com os usuários. O processo foi feito a toque de caixa. Diz que foi violenta a forma com que foi feita. O fórum popular de saúde se organizou com vários coletivos e organizações para se manifestarem. Teve uma audiência pública na ALESP. Diz que precisamos ficar atento. **Eliana** diz que é importante a ponderação dela. **Andreza** diz que quer trazer uma reflexão sobre o momento que é de mudança. O foco do cuidado deve estar nas pessoas. Fala da mudança de nome do equipamento. Precisamos participar da construção dos projetos. Que sejamos facilitadores e não impositores para que as pessoas alcancem seus objetivos. Pergunta sobre o Conselho técnico que foi instalado pelo governo do estado. **Eliana** diz que vamos conversar sobre a publicação do decreto, mas acha que não iremos chegar na parte do conselho técnico. **Jorge** a questão da chapa branca é quando um projeto é escrito única e exclusivamente pelo governo. Sem o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas. Sobre o quanto foi dito e afirmado sobre a não unidade entre governo do estado e municipal. A última operação de estado CARONTE foi explicada tanto no COMUDA como no CONED sendo esta conjunta. Diz que causa surpresa dizerem que nunca havia tido operação conjunta. Diz que quer recuperar a apresentação do Sr. Alexis Vargas onde diz que esta operação foi acertada entre Prefeitura e Governo. **Maria Angélica** (CRP) diz que acompanha o CONED desde 2014. Diz que tem um ponto que é importante. Há muitos anos questionamos a falta de intersetorialidade. Por outro lado, fica preocupada que o discurso é um e a prática é outra. Desde 2017 temos enfrentado mudanças de governo. É importante este Hub. Lembra sobre a tentativa da Gleuda que tinha como objetivo integrar os serviços da prefeitura e do estado e agora parece que ela está conseguindo concretizar. Fala da questão judicial das pessoas em situação de rua. Com as limpezas eles perdem seus documentos. É preciso política judicial para as pessoas em situação de rua. Fala para que se convide o Vice e a Gleuda para uma reunião. No HUB esta a sociedade civil para fazer algum tipo de trabalho. **Eliana** diz que já foi separada salas para que a sociedade civil faça as intervenções. Quanto a população em situação de rua e o aspecto jurídico é uma discussão que está sendo feita. Temos discutido sobre um dependente para que este não seja levado para o fórum da barra funda e que tivéssemos um equipamento onde ele pudesse ser ouvido ao invés de já aplicar pena. Os avanços são mínimos. **Marta** diz que

gostou da fala da Angélica. Diz que participou da criação da COED e do Programa Recomeço. Diz que o Programa quando foi implantado a proposta era muito boa. Era Secretaria da Saúde, Desenvolvimento Social e Justiça. Parece que a gente esquece tudo que vai sendo construído, vai sendo esquecido. Parece que nunca se fez nada. Tem coisas que deram certo e outras não. Fala que o vice governador não tem conhecimento das políticas e como São Paulo funciona, mas a Gleuda tem. **Cecília** fala que é conselheira do CONED pela ACUCA e no ano passado foi eleita para representar o CONED pela Sociedade Civil no COMUDA. Fala que no COMUDA foi eleita Vice-Presidente e que em novembro teve que deixar a presidência por conta do encerramento da gestão 20/22 do CONED. Assim mesmo ela continuou no COMUDA (não como vice-presidente). O COMUDA continuou com seu funcionamento. No ano passado por conta da operação CARONTE havia um GT de trabalho entre COMUDA e CONED. Este GT trabalhou um parecer sobre espaços seguro de uso e convivência. Os representantes do CONED saíram, mas o COMUDA deu andamento aos trabalhos. Dentre os esquecimentos de ações realizadas é importante pontuar este grupo de trabalho. Ressalta que também houve um GT com a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal que reuniu em inúmeras audiências Públicas e visitas aos serviços um relatório sobre a situação da Cracolândia e seus impactos. O grau de esquecimento é tão grande que o GT nem foi consultado para construção do decreto. Não houve escuta dos usuários e dos trabalhadores. Total esquecimento da participação social e do conselho como um todo. Isso vem contra o que fizemos o ano passado onde tivemos capacitação dos conselheiros municipais sobre drogas e colocando a importância da participação de todos. Fala que o CONED é altamente qualificado e ignorado. Diz que participou de uma reunião do COMUDA junto ao Vice-Governador e apontaram que o CONED deveria ser parte fundamental da construção destas políticas. Não temos nada a discutir. Já está construído. **Eliana** diz que Cecilia traz um ponto que nos norteia a sermos mais propositivos. Temos um decreto que está posto e ele não traz alguns serviços e também podemos e devemos elaborar um Plano Estadual sobre Drogas. **Tuca** diz que atua a 12 anos no centro nas cenas de uso e de moradores em situação de rua. Diz que se desligou do município como servidora por conta de que cada um que entra quer trazer novidades sem escutar as bases. Este tempo que o CONED ficou sem posse foi para eles poderem construir sem a nossa participação. Diz que gostaria de saber sobre o comitê técnico científico e como fica o CONED neste comitê? Pergunta se tem sentido a continuidade deste conselho? Diz que o Vice Governador foi prefeito de São José dos Campos e fez um bom trabalho na gestão, mas não na área da politica de drogas. Disse que trabalhou junto com os servidores da prefeitura de S.J.Campos. **Eliana** diz que não se pode confundir papel do CONED com o que foi colocado Conselho Técnico Científico. São instâncias totalmente diferente. Aliás o Comitê não é uma instância. O espaço de direitos de lutas está no CONED. Diz que se olharem o Decreto e comparar com o decreto 61674 de 2015 que colocava o Programa recomeço como uma política estadual sobre Drogas. Ele é quase uma versão só que com a retirada de alguns itens que não foram colocados em prática. Dentre eles está este comitê técnico científico. Ele já existia. **Vitor** quer endossar algumas indignações que foram colocadas principalmente com a publicação do Decreto que não contou com a participação do CONED. Diz que é frustrante ver uma política com tanta relevância e que não observou a participação do Conselho e da Sociedade Civil. Diz que é preocupante a combinação dos fatos que tem se colocado. Precisamos afirmar nosso espaço e cobrar a participação que nos cabe. Diz que a defensoria irá discutir a respeito desse corpo técnico. **Marcos** propõe uma pausa para um café. **Felipi** pede a palavra e concorda com Vitor , Tuca e outros. O não respeito ao processo participativo. Se somos conselheiros e este espaço não está tendo a participação imagina a sociedade mais vulnerável? Pausa para café. Retorno as 10h47. No retorno **Marcos** pede a palavra e diz que a reunião está sendo gravada e será utilizada para efeito da construção da Ata. É um reparo pois esqueceu de anunciar no início da reunião. Fala de

outro item referente de como será a nossa próxima reunião, de forma virtual ou presencial. **Eliana** diz que quanto a reunião, no dia da posse as pessoas solicitaram que a mesma fosse hibrida. Traremos o debate mais a frente. Passa a palavra para **Jorge** que diz que está preocupado com o fulanismo nas políticas sociais . Fala de um decreto de uma implantação de política. Agora quando aparece que o coordenador é Dr. Quirino e a SPDM que publica a biografia deste médico é bastante preocupante. Fala que acompanha a questão de conselhos há décadas. Outra questão importante é que façamos diálogo com a Gleuda Simone. Ela é aberta ao diálogo. Diz que fica claro que o papel do Vice-Governador é de outra relevância dentro deste projeto. Terceiro item a responsabilização com o que já passou. Temos uma prática que se por um lado muito convenientemente que nada será como antes, por outro lado fico preocupado quando este conselho recebe o representante da prefeitura dizendo que tinha parceria com o estado e meses depois é dito pelo vice-governador que não havia parcerias anteriormente . É nosso papel fazer avaliação da operação Caronte com as violências cometidas. Cita que o GT Faces da Violência que escutou vários atores sobre a questão. **Eliana** diz que sente a dor do Jorge. **Regiane** diz que foi contemplada com as falas do Felipi e do Jorge e considerando que o CONED continua e tem que permanecer como espaço de luta e minha sugestão é de que teríamos que pensar e nos posicionar. **Eliana** fala que tem fatos que foram mencionados que ela está acompanhando mais próximo e pode dar algumas informações, citando que não é de concordância ou discordância por estar no governo. A operação Caronte foi uma operação da polícia civil que aconteceu no governo anterior e não neste governo. O que será daqui para frente não sabemos. A segurança publica é sigilosa. O que foi solicitado é que seja colocada no portal da transparência as ações que estão sendo executadas nas cenas abertas de uso na região central. Prisões apreensões, localidade. Poderemos acompanhar. Passa para o decreto e diz que gostaria que o CONED pudesse se debruçar sobre o mesmo e ver quais são as possibilidades porque ele é muito aberto. Não traz exatamente uma delimitação de programa como era o decreto anterior. Este é o primeiro ponto. Isso permite que os envolvidos possam criar ações. O CONED deveria cobrar as secretarias quais são as propostas de programas integrados para este público. Acha que isso tem que ser urgente. Fala que conseguiram inserir que a habitação venha a participar e ser reconhecida como fundamental. Também foi questionado porque o Desenvolvimento Econômico não estava presente e este foi inserido. Diz que tem muita coisa a ser feita e o CONED é esta instancia de cobrança. Diz que podemos criar uma comissão para ler o decreto e ver as possibilidades de proposições. Diz que acha de fundamental importância que façamos o Plano Estadual sobre Drogas. O decreto não é o plano estadual ele é uma regulamentação da Política Estadual. Cita que o Plano não foi feito, não foi debatido e os municípios não têm plano porque não tem uma diretriz estadual. Fala que enquanto conselho estadual estaremos falhos de não levar um plano para os municípios. Acredita que o CONED possa fazer o plano e consequentemente auxiliar nos planos municipais. **Eliana** fala que os conselheiros possam ler o decreto e montar uma comissão para analisar de forma profunda e buscar possibilidades de construção junto as políticas públicas e a sociedade civil organizada. **Cecilia** pergunta qual é a articulação que está sendo feita no sentido de serem consideradas as nossas contribuições. Até que ponto elas serão ouvidas e consideradas. Acredita que antes de construirmos esse entendimento do decreto precisamos saber se seremos ouvidos e se vamos ter a adesão do poder público. Sugere alinhar uma agenda dessa construção e para quem deverão ser entregues. Precisamos desta devolutiva. **Eliana** diz que nunca temos garantia de nada. Fala como servidora, conselheira tutelar e de criança e adolescentes. Diz que este é um espaço de conquistas e que não pode afirmar que uma proposição nossa irá ser atendida integralmente. O que pode afirmar é que o CONED levará as propostas para quem for de direito e ir buscar apoio necessário para realizar a ação. Diz que com relação a rever o decreto, não acredita que isso aconteça, mas diz que estudando o decreto se vê que ele não traz "um proíbe" e isso permite uma construção. **Jorge** acha

importante ler e estudar o decreto. Cita que a comissão da OAB sobre drogas pode contribuir (representantes no conselho). Acha importante a agilidade. Pergunta para quando será a organização dessa agenda de leitura e estudo. **Eliana** diz que podemos montar uma Comissão de trabalho. Fala que a leitura deste decreto pode ser feita em 15 dias. Fala que após a leitura poderemos montar as comissões de trabalho. **Jorge** fala que no primeiro momento de leitura e análise do decreto é obrigação de todos. Devemos criar uma data para apresentação dele após leitura de todos. **Eliana** diz que a proposta do Jorge é: todos lerem o decreto e na próxima reunião pedir alguém do jurídico (entre os conselheiros) apresentá-lo e após, nos debatermos sobre o decreto. **Jorge** diz que é isso e com urgência pois a próxima reunião será daqui 15 dias. Acredita que dá tempo de ler e discutir com seus pares. **Eliana** coloca a proposta em votação : **Cada conselheiro ler o decreto, discutir com seus pares e no prazo de 15 dias, na próxima reunião do CONED será feita uma leitura geral com o auxilio de alguns do jurídico como a OAB – Comissão sobre Drogas e o Ministério Público do Estado de São Paulo.** Esta será uma pauta central da próxima reunião. Antes de iniciar a votação **Tuca** pede a palavra e diz que por questão de ordem, é preciso convidar a Gleuda e o Vice Governador para uma conversa para que possamos nos sentir legitimados e que seremos escutados. Após, trabalharemos sobre o decreto. Fala que também devemos validar o trabalho que foi realizado pela Comissão Faces da Violência. **Andreza** diz que entende que existe duas propostas 1) que se organize uma comissão e 2) ler o decreto, discutir com seus pares e no prazo de 15 dias, na próxima reunião do CONED será feita uma leitura geral com o auxílio de alguns do jurídico. Concorda que todos devem se apropriar do decreto e trazer como pauta para próxima reunião. Fala sobre a comissão técnica descrita no decreto e diz que o CONED não participa e nem a própria Presidente enquanto Coordenadora Estadual de Políticas sobre Drogas. Não podemos aceitar não ter representação institucional neste processo. Precisamos nos manifestar. **Bruno** diz que não é mais conselheiro, mas gostaria de se manifestar e concordar com Tuca, Andreza, Jorge e outros. Fala que esta queixa que temos do CONED não participar não é de agora ela é recorrente. Cita que em 2018 recebemos uma proposta de Lei para a Política Estadual e nos reunimos e fizemos encaminhamentos que não foram considerados. Acha que o CONED é um conselho figurativo. Deveríamos pensar em estratégia para que o CONED seja reconhecido e respeitado. Ele é um conselho Consultivo. **Eliana** diz que não vamos desistir. Passa para a votação. Proposta - **Cada conselheiro ler o decreto, discutir com seus pares e no prazo de 15 dias, na próxima reunião do CONED no dia 27 ele seja uma das pautas centrais e será feita uma leitura geral com o auxílio de alguns do jurídico como a OAB – Comissão sobre Drogas e o Ministério Público do Estado de São Paulo.** Pergunta se tem alguém contrário à proposta ? Não houve manifestação. **APROVADA POR TODOS** . **Eliana** pede ao Secretário Executivo que encaminhe o decreto a todos. **Jaelson** pergunta como obter o decreto pois ele procurou e não tem mais. **Eliana** explica que este é um decreto novo de 10/04/2023 que revoga 6 outros. Ele vem regulamentar a Lei 17.183 de 18/10/2019. **Eliana** faz nova votação com a pauta: **Próxima reunião deverá ser presencial, virtual ou hibrida? Pergunta quem é contrário a reunião ser hibrida. Todos concordam.** **Rogério** pergunta como será a estrutura para uma reunião hibrida. **Marcos** diz que pedirá auxílio para TI da SJC. **Vitor** diz que tem que ter uma forma de quem está no presencial poder se ouvido por quem está remoto. **Rogério** sugere salas teams. Pergunta se tem sala definida para reuniões do CONED. **Marcos** diz que ainda não. **Eliana** diz que irão trabalhar sobre a questão. **Jorge** diz que uma característica do CONED é de que todas as reuniões são abertas. **Marcos** agradece. Diz que uma reunião presencial é mais fácil, mas temos que garantir a participação de todos. **Eliana** cita que podemos também ter reuniões descentralizadas. Diz que organizará a estrutura para reunião hibrida. **Regiane** é para todos que não possam ir presencial. É garantida a presença? **Marcos** diz que sim. **Eliana** fala que o Bruno colocou um link no chat sobre uma matéria e diz que ela não tem

conhecimento ainda sobre ela. Cita que não foi algo construído com eles (social) e nem com o pessoal que atua com o pessoal em situação de rua. Diz que acabando a reunião irá ao gabinete para tomar conhecimento. Segue link da matéria.
https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/04/governo-tarcisio-faz-programa-para-empregar-moradores-de-rua-de-sp-no-campo.shtml
Bruno diz que lembra de uma das últimas reuniões do CONED quando a conselheira Lisiane do Ministério Público Federal colocou de como conseguimos separar o que é trabalho, trabalho terapêutico , forçado e análogo à escravidão e que isso não pode ser método para tratar usuário de drogas. **Eliana** diz que é isso mesmo. Diz que consultou a Dra. Lisiane para saber qual o entendimento. Quais são os limites, entendimento, confusões de nomes, mas foi pega de surpresa com a matéria, mas vai buscar o que está acontecendo. Nada mais havendo, na qualidade de secretário, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 13 de abril de 2023.

Eliana Borges G.R. Silva
Presidente

Marcos Paulo de Oliveira Alves
Secretário Executivo